

**PROVA PREAMBULAR – VERSÃO 1**

**Direito Penal**

1. É INCORRETO afirmar:
- (A) Na hipótese de crime punível com detenção, o tratamento ambulatorial será por tempo indeterminado, perdurando enquanto não for averiguada, mediante perícia médica, a cessação de periculosidade.
  - (B) A prescrição da pena de multa ocorrerá em 2 (dois) anos, quando a multa for alternativa ou cumulativamente cominada ou cumulativamente aplicada.
  - (C) No caso de revogação do livramento condicional, a prescrição da pretensão executória é regulada pelo tempo que resta da pena, nos termos do art. 113, do Código Penal.
  - (D) A reincidência aumenta em um terço o prazo da prescrição da pretensão executória, não tendo qualquer efeito sobre a pretensão punitiva.
  - (E) A Lei penal mais grave aplica-se ao crime permanente, se a sua vigência é anterior à cessação da permanência.

2. É INCORRETO afirmar:
- (A) São impossíveis os crimes de corrupção ativa (art. 333, CP) praticados pelo particular e os de concussão (art. 316, CP) praticados pelo funcionário público, em face do mesmo contexto fático.
  - (B) Não há crime de corrupção ativa, na hipótese de motorista de veículo automotor que dirige sem habilitação e, após liberada irregularmente da fiscalização de trânsito, oferece a policial rodoviária vantagem indevida referente a prestação de ato de natureza sexual.
  - (C) O excesso de exação não é forma privilegiada do crime de concussão.
  - (D) O particular, estranho ao serviço público, pode ser responsabilizado como partícipe no crime de peculato.
  - (E) Para a configuração do crime de corrupção passiva (art. 317, CP) é necessário que a solicitação do funcionário público seja correspondida pelo *extraneus*.

3. Considere:
- I. Há crime de latrocínio, quando o homicídio se consuma, ainda que não realize o agente a subtração de bens da vítima.
  - II. O agente que toma conhecimento do estupro de sua filha e, sob a influência de violenta emoção, no dia seguinte encomenda a terceiro, a morte do estuproador – fato que se concretiza posteriormente –, pratica o denominado homicídio privilegiado, previsto no § 1º, do art. 121, do Código Penal.
  - III. O médico que, diante de iminente perigo de vida, efetua uma intervenção cirúrgica no paciente sem o seu consentimento ou de seu representante legal, pratica o crime de constrangimento ilegal.
  - IV. O policial que depara com um desconhecido empunhando uma faca na iminência de agredir mortalmente a um menor, que acabou de praticar ato infracional, podendo evitar o resultado resolve se omitir, permitindo que o crime se consuma, não é partícipe do crime de homicídio, mas pratica o delito de perigo para a vida ou saúde de outrem (art. 132, CP).
  - V. Configura hipótese de crime de homicídio privilegiado-qualificado o homicídio eutanásico praticado com emprego de veneno.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) II e IV.
- (B) I, II e III.
- (C) II e V.
- (D) I e V.
- (E) I, III e V.

4. Considere:
- I. O agente que por meio de expiação se autolesiona pratica o crime de lesão corporal previsto no art. 129, do Código Penal.
  - II. O consumo de maconha em ambiente privado constitui crime, pois o comportamento põe em risco o bem protegido pelo art. 28 da Lei de Drogas (Lei nº 11.343/2006).
  - III. A contravenção penal de exploração da credulidade pública mediante sortilégios, predição do futuro ou práticas congêneres não admite a punição pela tentativa.
  - IV. O sujeito ativo no delito de estupro, quando a finalidade for a conjunção carnal, poderá ser tanto o homem quanto a mulher. No entanto, nesse caso, o sujeito passivo, obrigatoriamente, deverá ser do sexo oposto, pressupondo uma relação heterossexual.
  - V. No furto mediante fraude (art. 155, § 2º, inc. II, CP) o agente emprega ardil, buscando retirar o bem da esfera de vigilância do possuidor.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I e II.
- (B) III e IV.
- (C) III, IV e V.
- (D) I, IV e V.
- (E) II, III, IV e V.

5. Configura o crime do art. 306 do Código de Trânsito Brasileiro conduzir veículo automotor, na via pública, estando
- (A) com a concentração de álcool por litro de sangue igual ou superior a 1 (um) grama e 6 (seis) decigramas, ou sob a influência de qualquer outra substância psicoativa que determine dependência.
  - (B) sob a influência de álcool ou substância de efeitos análogos, expondo a dano potencial a incolumidade de outrem.
  - (C) com a concentração de álcool por litro de sangue igual ou superior a 6 (seis) decigramas, ou sob a influência de qualquer outra substância psicoativa que determine dependência, expondo a dano potencial a incolumidade de outrem.
  - (D) com a concentração de álcool por litro de sangue igual ou superior a 1 (um) grama, ou sob a influência de qualquer outra substância psicoativa que determine dependência, expondo a dano potencial a incolumidade de outrem.
  - (E) com a concentração de álcool por litro de sangue igual ou superior a 6 (seis) decigramas, ou sob a influência de qualquer outra substância psicoativa que determine dependência.

6. Motorista que, em estacionamento, se apodera de veículo pertencente a terceiro supondo-o seu, em decorrência de absoluta semelhança entre os automóveis, incide em
- (A) erro de proibição.
  - (B) erro de tipo.
  - (C) crime impossível.
  - (D) erro determinado por terceiro.
  - (E) erro na execução.

<p>7. Em relação aos crimes, é INCORRETO afirmar:</p> <p>(A) Nos crimes materiais, o tipo penal descreve a conduta e o resultado naturalístico exigido.</p> <p>(B) Preterdoloso se diz o crime em que a totalidade do resultado representa um excesso de fim (isto é o agente quis um <i>minus</i> e ocorreu um <i>majus</i>), de modo que há uma conjugação de dolo (no antecedente) e de culpa (no subsequente).</p> <p>(C) Crimes de mera conduta são de consumação antecipada.</p> <p>(D) Crime progressivo ocorre quando, da conduta inicial que realiza um tipo de crime, o agente passa a ulterior atividade, realizando outro tipo de crime, de que aquele é etapa necessária ou elemento constitutivo.</p> <p>(E) Nos crimes unissubsistentes, o processo executivo da ação ou a omissão prevista no verbo núcleo do tipo consiste num só ato, coincidindo este, temporalmente com a consumação.</p>	<p>10. Considere:</p> <p>I. No crime de extorsão mediante sequestro (art. 159, CP), a consumação do crime ocorre com o recebimento do preço do resgate.</p> <p>II. O consentimento válido do ofendido exclui o delito de sequestro e cárcere privado (art. 148, CP).</p> <p>III. O crime de extorsão (art. 158, CP) consuma-se independentemente da obtenção da vantagem indevida.</p> <p>IV. O crime de sequestro e cárcere privado (art. 148, CP) consuma-se quando o sujeito passivo fica privado de sua liberdade de locomoção.</p> <p>V. O delito de extorsão mediante sequestro (art. 159, CP) é delito continuado, prolongando-se no tempo o seu momento consumativo.</p> <p>Está correto o que se afirma APENAS em</p> <p>(A) I e II.</p> <p>(B) II, IV e V.</p> <p>(C) I, III e V.</p> <p>(D) II, III e V.</p> <p>(E) II, III e IV.</p>
<p>8. Considere:</p> <p>I. Pratica delito de furto qualificado pela destreza (art. 155, § 4º, inc. II) sujeito que ingressa em casa alheia pelo telhado e de lá subtrai bens de seu proprietário.</p> <p>II. O crime de roubo próprio previsto no caput, do art. 157, do Código Penal, se configura com a subtração da coisa sem grave ameaça ou violência, vindo o agente a empregá-las posteriormente contra a pessoa, com o fim de assegurar a impunidade do crime ou a detenção da coisa para si ou para terceiro.</p> <p>III. O delito de quadrilha ou bando constitui crime de concurso necessário, pois o tipo penal exige no mínimo 3 (três) pessoas associadas com a finalidade de cometerem crimes.</p> <p>IV. Pratica o crime de furto qualificado por fraude, o agente que se prontificando a ajudar a vítima a efetuar operação em caixa eletrônico subtrai o seu telefone celular sem que esta perceba.</p> <p>V. O elemento subjetivo do delito de extorsão é o dolo, sendo prescindível o fim especial de agir.</p> <p>Está correto o que se afirma APENAS em</p> <p>(A) I.</p> <p>(B) IV.</p> <p>(C) I, II, IV e V.</p> <p>(D) I e III.</p> <p>(E) V.</p>	<p>11. É correto afirmar:</p> <p>(A) O crime tipificado como de assédio sexual (art. 216-A, CP) não pode ter como vítima o homem.</p> <p>(B) O convivente que deixou, sem justa causa, de prover a subsistência do companheiro com quem viveu em união estável, não lhe proporcionando os recursos necessários, pratica o crime de abandono material (art. 244, CP).</p> <p>(C) Não se pune o incêndio culposo (art. 250, § 2º, CP), salvo se é em edifício público.</p> <p>(D) No crime de explosão (art. 251, CP), é dispensável para a consumação do crime a efetiva explosão, bastando que da ação do agente ocorra perigo concreto à incolumidade pública.</p> <p>(E) O estelionato (art. 171, caput, CP) é crime formal, que se consuma independentemente da efetiva obtenção de vantagem ilícita, bastando à sua consumação o emprego de artifício, ardis ou qualquer outro meio fraudulento.</p>
<p>9. É correto afirmar:</p> <p>(A) O crime de receptação é chamado de crime acessório ou parasitário, porque o seu reconhecimento depende da ocorrência de um crime anterior.</p> <p>(B) Não configura crime impossível, por absoluta impropriedade do objeto, a hipótese de furto em que a vítima não tem consigo qualquer bem ou valor a ser subtraído pelo agente.</p> <p>(C) O agente que, voluntariamente, desiste de prosseguir na execução do crime ou impede que o resultado se produza, só responde pelos atos já praticados, ocorrendo a hipótese de arrependimento posterior.</p> <p>(D) Não se admite a aplicação do arrependimento posterior (art. 16, CP) no crime de furto qualificado pela destruição ou rompimento de obstáculo, em razão da violência empregada pelo agente na subtração.</p> <p>(E) No tocante ao crime culposo, a culpa concorrente da vítima exclui a do acusado.</p>	<p>12. É INCORRETO afirmar:</p> <p>(A) O Código Penal Brasileiro adotou a teoria da <i>actio libera in causa</i>.</p> <p>(B) As leis temporárias e excepcionais são ultra-ativas.</p> <p>(C) No crime de apropriação indébita, o dolo do agente é subsequente à posse do bem.</p> <p>(D) O delito de lesão corporal seguida de morte, previsto no art. 129, § 3º, do Código Penal, contempla hipótese de crime preterdoloso.</p> <p>(E) A imprudência, a negligência e a imperícia são modalidades da culpa consciente.</p>

13. É INCORRETO afirmar:

- (A) Configura erro sobre a pessoa, a hipótese em que o agente, por erro de pontaria, ao invés de atingir a pessoa que pretendia ofender, atinge pessoa diversa.
- (B) Nos termos do art. 21, do Código Penal, o desconhecimento da lei é inescusável. O erro sobre a ilicitude do fato, se evitável, pode diminuir a pena de um sexto a um terço.
- (C) Na legítima defesa putativa, o agente supõe, por erro, situação de fato que se existisse tornaria a sua ação legítima.
- (D) O excesso culposo na legítima defesa tanto pode verificar-se na escolha dos meios, quanto na moderação de seu uso.
- (E) Os crimes de rixa (art. 137, caput, CP), formação de quadrilha (art. 288, caput, CP) e associação ao tráfico de drogas (art. 35 da Lei nº 11.343/2006) constituem crimes de concurso necessário.

14. É INCORRETO afirmar:

- (A) O crime de uso de documento falso (art. 304, CP) trata-se de delito unissubsistente, que não admite a forma tentada (art. 14, II, CP).
- (B) O crime de falsidade ideológica (art. 299, do CP) comporta as modalidades comissiva e omissiva.
- (C) No crime de falsificação de documento público (art. 297, CP), a forma do documento é verdadeira, mas seu conteúdo é falso.
- (D) A substituição de fotografia em documento de identidade verdadeiro (cédula de identidade) pertencente a outrem, com intenção de falsificá-lo, configura o crime de falsificação de documento público (art. 297, CP).
- (E) Quem, tendo recebido de boa-fé, como verdadeira, moeda falsa ou alterada, a restitui à circulação, depois de conhecer a falsidade, pratica o crime de moeda falsa na forma privilegiada (art. 289, § 2º, CP).

15. Agente que, mediante paga, fazendo uso de revólver mata a vítima e, após, para assegurar a ocultação e impunidade do crime, com uma faca esquarteja o cadáver e espalha as diversas partes do corpo por locais ermos variados pratica homicídio

- (A) triplamente qualificado: art. 121, § 2º, inc. I (mediante paga), inc. III (com emprego de meio cruel) e inc. V (para assegurar a ocultação e impunidade de outro crime), do Código Penal.
- (B) duplamente qualificado: art. 121, § 2º, inc. I (mediante paga) e inc. V (para assegurar a ocultação e impunidade de outro crime), do Código Penal.
- (C) qualificado: art. 121, § 2º, inc. I (mediante paga) em concurso material com o delito de destruição, subtração ou ocultação de cadáver (art. 211), do Código Penal.
- (D) duplamente qualificado: art. 121, § 2º, Inc. I (mediante paga) e inc. III (com emprego de meio cruel) em concurso material com o delito de vilipêndio a cadáver (art. 212), do Código Penal.
- (E) duplamente qualificado: art. 121, § 2º, inc. III (com emprego de meio cruel) e inc. V (para assegurar a ocultação e impunidade de outro crime) em concurso material com o crime de destruição, subtração ou ocultação de cadáver (art. 211), do Código Penal.

### Direito Processual Penal

16. É correto afirmar:

- (A) O prazo para o oferecimento da denúncia, como regra geral, é de 5 (cinco) dias se o réu estiver preso e de 15 (quinze) dias se estiver solto ou afiançado; tratando-se de crime de tráfico de entorpecentes descrito na Lei nº 11.343/2006, o prazo é de 10 (dez) dias se o réu estiver preso e de 30 (trinta) dias se estiver solto.
- (B) O prazo para o aditamento pelo Ministério Público da queixa oferecida na ação penal privada subsidiária é de 5 (cinco) dias.
- (C) O número máximo de testemunhas a serem arroladas na denúncia é 8 (oito) no procedimento ordinário e no procedimento relativo aos processos de competência do Tribunal do Júri e 3 (três) no procedimento sumário.
- (D) A descrição na denúncia de um fato típico acobertado por uma causa de exclusão da antijuridicidade constitui razão suficiente para sua rejeição.
- (E) A ausência de representação do ofendido, nas ações públicas condicionadas, não impede o oferecimento da denúncia, admitindo-se que a omissão seja suprida a qualquer tempo, antes da sentença final.

17. É correto afirmar:

- (A) O direito de queixa na ação penal privada subsidiária não se sujeita à decadência.
- (B) O princípio da indivisibilidade não se aplica à ação penal privada exclusiva.
- (C) A retratação da renúncia ao direito de queixa é possível se ainda em curso o prazo decadencial.
- (D) A atuação do órgão do Ministério Público, nas ações penais públicas condicionadas à representação do ofendido, não é regida pelo princípio da obrigatoriedade.
- (E) A extinção da pessoa jurídica querelante em ação penal privada exclusiva, na ausência de sucessor, é causa de perempção.

18. É correto afirmar:

- (A) A prisão em flagrante não é cabível nas infrações de menor potencial ofensivo, se o autor do fato assumir o compromisso de comparecer ao juizado especial criminal, e nos crimes de homicídio e lesão corporal culposos, se o agente prestar imediato e integral socorro à vítima.
- (B) A prisão preventiva não pode ser decretada de ofício pelo juiz no inquérito policial, não é admissível em crimes culposos e pode ser substituída pela liberdade provisória se demonstrado por prova idônea que o indiciado ou acusado é maior de 80 anos de idade.
- (C) A fiança não pode ser concedida sem a prévia oitiva do Ministério Público, pode ser prestada após a sentença condenatória e cassada no curso do processo se a inovação na classificação do delito a tornar incabível.
- (D) A prisão temporária pode ser decretada pelo juiz de ofício ou em face de representação da autoridade policial ou requerimento do Ministério Público, caso em que prevê a lei o prazo de 48 (quarenta e oito) horas para a prolação da decisão.
- (E) O comparecimento periódico em juízo, a suspensão do exercício de função pública ou de atividade de natureza econômica ou financeira, a internação provisória e a fiança incluem-se entre as medidas cautelares diversas da prisão.

<p>19. A respeito das normas relativas à fixação da competência, contidas no Código de Processo Penal, considere:</p> <p>I. A competência territorial será, de regra, determinada pelo lugar em que se consumar a infração ou, no caso de tentativa, pelo lugar em que for praticado o último ato de execução; não sendo este conhecido, regular-se-á pelo domicílio ou residência do réu e se este tiver mais de uma residência pela prevenção.</p> <p>II. É relativa a nulidade decorrente da inobservância da competência firmada pela prevenção.</p> <p>III. Excetuados os casos de competência do Tribunal do Júri, verificada a reunião dos processos por conexão ou continência, se o juiz, no processo de sua competência, proferir sentença absolutória ou desclassificatória da infração para outra que não se inclua na sua competência, cessará a competência em relação aos demais processos, impondo-se a remessa dos autos ao juiz competente.</p> <p>IV. Entre outras hipóteses, a competência será determinada pela continência quando duas ou mais pessoas forem acusadas da mesma infração e nos casos de concurso formal e crime continuado.</p> <p>Está correto o que se afirma APENAS em</p> <p>(A) I e II.</p> <p>(B) I e III.</p> <p>(C) II e III.</p> <p>(D) II e IV.</p> <p>(E) III e IV.</p>	<p>21. Considerando a disciplina das nulidades processuais, contida no Código de Processo Penal, é INCORRETO afirmar:</p> <p>(A) A nulidade por ilegitimidade do representante da parte poderá ser a todo tempo sanada, independentemente da ratificação dos atos processuais.</p> <p>(B) Nenhum ato será declarado nulo, se da nulidade não resultar prejuízo para a acusação ou para a defesa.</p> <p>(C) Os atos, cuja nulidade não tiver sido sanada, serão renovados ou retificados.</p> <p>(D) É causa de nulidade a falta do recurso de ofício, nos casos em que a lei o tenha estabelecido.</p> <p>(E) A falta ou a nulidade da citação, da intimação ou notificação estará sanada, desde que o interessado compareça, antes de o ato consumir-se, embora declare que o faz para o único fim de argui-la.</p>
<p>20. Considerando as normas do Código de Processo Penal que regulam a produção das provas pericial e testemunhal, é INCORRETO afirmar:</p> <p>(A) A faculdade de formular quesitos e indicar assistente técnico, na produção da prova pericial, é conferida ao Ministério Público, ao assistente de acusação, ao ofendido, ao querelante e ao acusado.</p> <p>(B) A nomeação dos peritos, no exame pericial realizado por carta precatória, far-se-á no juízo deprecante; havendo, porém, no caso de ação privada, acordo entre as partes, essa nomeação poderá ser feita pelo juiz deprecado.</p> <p>(C) A inquirição da testemunha ou do ofendido que esteja preso pode ser realizada pelo sistema de videoconferência.</p> <p>(D) O ascendente, o descendente, o afim em linha reta, o cônjuge, o irmão e o pai, a mãe, ou o filho adotivo do acusado podem se recusar a depor como testemunhas.</p> <p>(E) O defensor do acusado formulará as perguntas antes do Ministério Público na inquirição das testemunhas arroladas pela defesa no plenário do Tribunal do Júri.</p>	<p>22. Com relação aos procedimentos relativos aos processos de competência do Tribunal do Júri, é correto afirmar:</p> <p>(A) Na audiência da instrução preliminar, o prazo para as alegações orais do Ministério Público é de 20 (vinte) minutos, independentemente do número de acusados.</p> <p>(B) Na decisão de pronúncia, impõe-se ao juiz a especificação das agravantes, causas de aumento de pena e circunstâncias qualificadoras.</p> <p>(C) Oito é o número máximo de testemunhas a serem arroladas pelas partes para inquirição na sessão plenária de julgamento.</p> <p>(D) Os jurados excluídos por impedimento, suspeição ou incompatibilidade serão considerados para a constituição do número legal exigível para a realização da sessão de julgamento.</p> <p>(E) Nos debates em plenário, o tempo destinado à acusação e à defesa será de uma hora e meia para cada, e de uma hora para a réplica e outro tanto para tréplica e, havendo mais de um acusado, os defensores combinarão entre si a distribuição do tempo, o qual, na falta de acordo, será dividido pelo juiz presidente de forma a não exceder aqueles prazos.</p> <p>23. É correto afirmar:</p> <p>(A) O Código de Processo Penal não prevê a possibilidade de impetração de habeas corpus pelo Ministério Público.</p> <p>(B) O direito de recorrer da sentença que concede o mandado de segurança não se estende à autoridade coatora.</p> <p>(C) Da decisão que denega a apelação cabe recurso em sentido estrito com efeito suspensivo.</p> <p>(D) A carta testemunhável, como regra, tem efeito suspensivo.</p> <p>(E) É vedado ao réu renunciar ao direito de apelar e ao Ministério Público desistir do recurso que tenha interposto.</p>

<p>24. É INCORRETO afirmar:</p> <p>(A) A lei prevê a possibilidade de concessão do perdão judicial ao autor, coautor e partícipe colaboradores nos crimes de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores.</p> <p>(B) A lei prevê que a identificação criminal de pessoas envolvidas em ações praticadas por organizações criminosas será realizada independentemente da identificação civil.</p> <p>(C) A proteção oferecida pelo programa de proteção a vítimas e testemunhas ameaçadas terá a duração máxima de quatro anos, admitida, em circunstâncias excepcionais, a sua prorrogação.</p> <p>(D) Por expressa disposição legal, são aplicáveis aos crimes relacionados com o tráfico de entorpecentes (arts. 33, caput e § 1º, e 34 a 37 da Lei nº 11.343/2006) as medidas de proteção a testemunhas e réu colaboradores previstas na Lei nº 9.807/99.</p> <p>(E) Entre as medidas protetivas de urgência previstas na Lei nº 11.340/2006, que disciplina a repressão à violência doméstica e familiar contra a mulher, incluem-se a prestação de alimentos provisionais ou provisórios; a prestação de caução provisória por perdas e danos materiais decorrentes da prática da violência; a separação de corpos e o afastamento da ofendida do lar.</p>	<p>27. Considerando a disciplina do procedimento sumaríssimo, contida na Lei nº 9.099/95, é correto afirmar:</p> <p>(A) Consideram-se infrações penais de menor potencial ofensivo as contravenções penais e os crimes a que a lei comine pena mínima não superior a 2 (dois) anos, cumulada ou não com multa.</p> <p>(B) A prévia composição dos danos civis homologada pelo juiz não impede a transação penal nos crimes de ação penal pública condicionada à representação do ofendido.</p> <p>(C) Admite-se a suspensão condicional do processo nos crimes em que a pena mínima cominada para a infração for igual ou inferior a dois anos.</p> <p>(D) Da decisão que rejeita a denúncia cabe recurso em sentido estrito e da sentença apelação.</p> <p>(E) As partes serão intimadas pela imprensa da data da sessão de julgamento da apelação.</p>
<p>25. É correto afirmar:</p> <p>(A) Não estão obrigados ao trabalho os presos provisórios, os presos políticos e os presos com mais de 60 (sessenta) anos de idade.</p> <p>(B) O trabalho externo é admissível somente para os presos em regime semiaberto.</p> <p>(C) Admite-se a remição da pena pelo trabalho ou pela frequência a curso de ensino regular ou de educação profissional para o condenado em regime aberto ou em livramento condicional.</p> <p>(D) Compete ao diretor do estabelecimento penal a concessão de permissão de saída ao condenado em regime fechado.</p> <p>(E) O juiz poderá, em caso de falta grave, revogar até 2/3 (dois terços) do tempo remido.</p>	<p style="text-align: center;"><b>Direito Civil</b></p> <p>28. No que tange às normas do Direito Brasileiro:</p> <p>I. Salvo disposição contrária, a lei começa a vigorar em todo o país trinta dias depois de oficialmente publicada.</p> <p>II. As correções a texto de lei já em vigor consideram-se lei nova.</p> <p>III. A lei do país em que domiciliada a pessoa determina as regras sobre o começo e o fim da personalidade, o nome, a capacidade e os direitos de família.</p> <p>IV. Só à autoridade judiciária brasileira compete conhecer das ações relativas a imóveis de estrangeiros situados no Brasil.</p> <p>V. As leis, atos e sentenças de outro país, bem como quaisquer declarações de vontade, não terão eficácia no Brasil enquanto não homologadas pelo Superior Tribunal de Justiça.</p> <p>Está correto o que se afirma APENAS em</p> <p>(A) I, II, III e V.</p> <p>(B) II, III e IV.</p> <p>(C) III, IV e V.</p> <p>(D) I, II, IV e V.</p> <p>(E) I, II e III.</p>
<p>26. Tratando-se de réu reincidente, condenado pelos crimes de tráfico internacional de pessoa para fim de exploração sexual praticado contra menor de 18 anos (art. 231, § 2º, inciso I, do Código Penal) e roubo qualificado pelo emprego de arma (art. 157, § 2º, inciso I, do Código Penal), o tempo de cumprimento de pena exigido por lei para que possa ele ser promovido ao regime semiaberto e para obter o livramento condicional é de</p> <p>(A) 1/6 (um sexto) do total das penas para a progressão e 1/3 (um terço) para o livramento condicional.</p> <p>(B) 1/6 (um sexto) do total das penas para a progressão e 1/2 (metade) do total das penas para o livramento condicional.</p> <p>(C) 2/5 (dois quintos) da pena relativa ao tráfico internacional e 1/6 (um sexto) da pena relativa ao roubo para a progressão; 1/3 (um terço) da pena relativa ao tráfico internacional e 1/2 (metade) da pena relativa ao roubo para o livramento condicional.</p> <p>(D) 2/5 (dois quintos) do total das penas para a progressão; 2/3 (dois terços) do total das penas para o livramento condicional.</p> <p>(E) 3/5 (três quintos) da pena relativa ao tráfico internacional e 1/6 (um sexto) da pena relativa ao roubo para a progressão; 2/3 (dois terços) do total das penas para o livramento condicional.</p>	<p>29. Por se tratar de direito da personalidade, é defeso o ato de disposição do próprio corpo, quando importar diminuição permanente da integridade física, ou contrariar os bons costumes, salvo na seguinte hipótese:</p> <p>(A) Em vida, com objetivo científico ou altruístico e de forma gratuita.</p> <p>(B) Para se submeter, mediante exigência da família e com risco de vida, a tratamento médico ou a intervenção cirúrgica.</p> <p>(C) Mediante escritura pública irrevogável.</p> <p>(D) Independentemente de exigência médica, visando salvar a vida de ascendente, descendente, cônjuge ou irmão.</p> <p>(E) Para fins de transplante, na forma estabelecida em lei especial.</p>

<p>30. São absolutamente incapazes de exercer pessoalmente os atos da vida civil:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>I. Os menores de 16 (dezesesseis) anos.</li> <li>II. Os que, por enfermidade ou deficiência mental, não tiverem o necessário discernimento para a prática desses atos.</li> <li>III. Os que, mesmo por causa transitória, não puderem exprimir sua vontade.</li> <li>IV. Os idosos internados em instituição de longa permanência.</li> <li>V. Os presos, em regime prisional fechado, após o trânsito em julgado da sentença penal condenatória.</li> </ul> <p>Está correto o que se afirma APENAS em</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>(A) III e V.</li> <li>(B) I, II e III.</li> <li>(C) I, III e IV.</li> <li>(D) II, IV e V.</li> <li>(E) I, II, IV e V.</li> </ul>	<p>33. A Lei de Registros Públicos (Lei nº 6.015/73) estabelece que, apresentado o título ao registro imobiliário, o oficial, havendo exigência a ser satisfeita, a indicará por escrito. O apresentante do título, não se conformando com a exigência do oficial ou não a podendo satisfazer, requererá que o oficial suscite a dúvida imobiliária para o juiz dirimi-la, obedecendo-se o seguinte:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>I. No Protocolo, anotar o oficial, à margem da prenotação, a ocorrência da dúvida.</li> <li>II. O oficial dará ciência dos termos da dúvida ao apresentante, fornecendo-lhe cópia da suscitação e notificando-o para impugná-la no próprio cartório de registro de imóveis, no prazo de 15 (quinze) dias, remetendo-se, em seguida, os autos ao juiz.</li> <li>III. Impugnada a dúvida com os documentos que o interessado apresentar, será ouvido o Ministério Público, no prazo de 10 (dez) dias.</li> <li>IV. Da sentença, poderão interpor apelação, com os efeitos devolutivo e suspensivo, o oficial do cartório de registro, o interessado, o Ministério Público e o terceiro prejudicado.</li> <li>V. Transitada em julgado a decisão da dúvida, se for julgada procedente, os documentos serão devolvidos ao apresentante, dando-se ciência da decisão ao oficial, para que a consigne no Protocolo e cancele a Prenotação; se for julgada improcedente, o interessado apresentará, de novo, o título, com o respectivo mandado judicial, para que o oficial proceda ao registro anteriormente negado.</li> </ul> <p>Está correto o que se afirma APENAS em</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>(A) II, IV e V.</li> <li>(B) I, III, IV e V.</li> <li>(C) I, II e III.</li> <li>(D) I, III e V.</li> <li>(E) III, IV e V.</li> </ul>
<p>31. Nos termos do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/90), são direitos básicos do consumidor:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>(A) A proteção da personalidade, da honra, da saúde e da segurança contra os riscos provocados por práticas no fornecimento de produtos e serviços considerados perigosos ou nocivos.</li> <li>(B) A informação adequada e clara sobre os produtos e serviços, com especificação do fornecedor e do produtor da matéria-prima, inclusive do prazo de validade do bem perecível industrializado.</li> <li>(C) A proteção contra a publicidade enganosa e abusiva, métodos comerciais coercitivos ou desleais, bem como contra práticas e cláusulas abusivas ou impostas no fornecimento de produtos e serviços.</li> <li>(D) A adequada e eficaz prestação dos serviços públicos em geral, a identificação do agente ou servidor público, a obtenção de <i>habeas data</i> e o direito de ingresso em todos os edifícios públicos que prestam serviços.</li> <li>(E) A facilitação da defesa de seus direitos, com a inversão do ônus da prova, a seu favor, no processo judicial e a assistência da Defensoria Pública, pois presumida a sua hipossuficiência.</li> </ul>	<p>34. Violado o direito, nasce para o titular a pretensão, a qual se extingue, pela prescrição, nos prazos do Código Civil. NÃO corre a prescrição</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>(A) entre tutelados e curatelados e seus tutores e curadores; entre ascendentes e descendentes, na linha reta e colateral e contra ausentes do País em razão de trabalho.</li> <li>(B) contra os que se acharem servindo nas Forças Armadas; entre os cônjuges e companheiros de união estável e entre os tutelados e seus tutores durante a menoridade civil.</li> <li>(C) entre os cônjuges, na constância da sociedade conjugal; entre ascendentes e descendentes, durante o poder familiar e contra os absolutamente incapazes.</li> <li>(D) pendendo condição suspensiva, não estando vencido o prazo e entre os curatelados e seus curadores durante a menoridade civil do curatelado.</li> <li>(E) por acordo das partes maiores e capazes; contra os sucessores da pessoa contra qual corria a prescrição enquanto não aberta a sucessão e entre os cônjuges.</li> </ul>
<p>32. Contrato de adesão é aquele</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>(A) cujas cláusulas tenham sido aprovadas pela autoridade competente ou estabelecidas unilateralmente pelo fornecedor de produtos ou serviços, sem que o consumidor possa discutir ou modificar substancialmente seu conteúdo.</li> <li>(B) em que todas as cláusulas deverão ser redigidas com destaque, permitindo sua imediata e fácil compreensão.</li> <li>(C) em que as partes contratantes negociam cada uma das cláusulas contratuais isoladas e somente aderem àquelas onde houve consenso.</li> <li>(D) em que sempre deve haver cláusula resolutória, com o intuito de resguardar o equilíbrio contratual na relação de consumo.</li> <li>(E) escrito e redigido em termos claros e com caracteres ostensivos e legíveis, cujo tamanho da fonte modelo e da fonte das cláusulas que impliquem limitação de direito do consumidor não serão inferiores ao corpo doze, de modo a facilitar a leitura.</li> </ul>	

35. Pelo casamento, homem e mulher assumem mutuamente a condição de consortes, companheiros e responsáveis pelos encargos da família. Em relação à eficácia do casamento, é correto afirmar:

- (A) Qualquer dos nubentes, com a autorização expressa do outro, poderá acrescentar ao seu o sobrenome do outro.
- (B) A direção da sociedade conjugal será exercida pelo marido, com a colaboração da mulher, sempre no interesse do casal e dos filhos.
- (C) São deveres do cônjuge virago: o planejamento familiar, a escolha do domicílio do casal, a educação dos filhos e a administração dos bens do casal.
- (D) Se qualquer dos cônjuges estiver encarcerado por mais de 180 (cento e oitenta) dias, o outro requererá ao juiz alvará para exercer, com exclusividade, a direção da família e a administração dos bens do casal.
- (E) Os cônjuges são obrigados a concorrer, na proporção de seus bens e dos rendimentos do trabalho, para o sustento da família e a educação dos filhos, qualquer que seja o regime patrimonial.

36. Em direito das sucessões, constitui a legítima:

- (A) Na metade dos bens da herança pertencente aos herdeiros necessários.
- (B) No legado recebido, pelo herdeiro necessário, da parte disponível dos bens do testador.
- (C) Na ordem ocupada pelo cônjuge sobrevivente na sucessão legítima.
- (D) No direito do herdeiro, em ação de petição de herança, demandar o reconhecimento de seu direito sucessório.
- (E) Na exclusão da sucessão do herdeiro ou legatário declarado, por sentença, indigno.

37. As medidas específicas de proteção são aplicáveis sempre que os direitos reconhecidos no Estatuto do Idoso (Lei nº 10.741/2003) forem ameaçados ou violados:

- I. Por ação ou omissão da sociedade ou do Estado.
- II. Em razão da aplicação das medidas sócioeducativas.
- III. Por falta, omissão ou abuso da família, curador ou entidade de atendimento.
- IV. Em razão de sentença penal condenatória.
- V. Em razão da condição pessoal do idoso.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) II, III e IV.
- (B) I, II e IV.
- (C) III, IV e V.
- (D) I, II e V.
- (E) I, III e V.

### Direito Processual Civil

38. Numa ação civil pública que tenha por objeto a condenação de loteador no cumprimento de obrigações de fazer e não fazer, e indenização por danos ambientais, quando a gleba se situa em diferentes Estados vizinhos, a competência é

- (A) da Justiça Federal e o juízo competente será determinado junto à seção judiciária ou comarca em que tramitou o inquérito civil.
- (B) de foro e será determinada pela prevenção, isto é, pelo juízo em que se der a citação válida.
- (C) territorial e será determinada pela prevenção, isto é, pelo juízo que despachar a inicial em primeiro lugar.
- (D) relativa e será determinada pelo foro do domicílio do réu.
- (E) relativa e será determinada pelo lugar em que se situar a maior parte do loteamento irregular.

39. A propósito do Ministério Público no Direito Processual Civil, é correto afirmar:

- (A) Cabe ao Ministério Público exercer o direito de ação nos casos previstos em lei, militando em seu favor a inversão do ônus da prova.
- (B) Nas causas em que a intervenção do Ministério Público se dá como fiscal da lei, não lhe é permitido aditar a inicial ou produzir prova em audiência, em razão do princípio dispositivo do processo.
- (C) Quando a lei considerar obrigatória a intervenção do Ministério Público, deixando de se manifestar, quando intimado, haverá nulidade do processo.
- (D) Cabe ao Ministério Público intervir nas causas que envolvam litígios coletivos pela posse da terra rural, como nas causas em que haja interesse público demonstrado pela qualidade da parte.
- (E) Intervindo como fiscal da lei, o órgão do Ministério Público terá vista dos autos depois das partes não sendo necessária sua intimação dos atos das partes.

40. No processo civil, o promotor de justiça, no Estado de São Paulo, além de agravo de instrumento, pode interpor

- (A) embargos de declaração e apelação.
- (B) embargos infringentes e apelação.
- (C) mandado de segurança e apelação.
- (D) apelação e recurso especial.
- (E) apelação e recurso extraordinário.

41. É correto afirmar:

- (A) O pedido será alternativo quando o juiz não podendo acolher o pedido principal possa conhecer do posterior.
- (B) É lícito formular pedido genérico na ação civil pública que tenha por objeto indenização por danos ambientais.
- (C) Não cabe ação cominatória para compelir-se o réu a cumprir obrigação de dar.
- (D) Não é permitida a cumulação de vários pedidos, num único processo, contra o mesmo réu se o tipo de procedimento não for adequado para todos eles.
- (E) É lícito formular pedido genérico quando, pela natureza da obrigação, o devedor puder cumprir a prestação de mais de um modo.

<p>42. É INCORRETO afirmar:</p> <p>(A) A prova pericial consiste em exame, vistoria ou avaliação.</p> <p>(B) Quando a natureza do fato o permitir, a perícia poderá consistir apenas na inquirição pelo juiz do perito e dos assistentes.</p> <p>(C) O perito e os assistentes técnicos estão sujeitos a impedimento e suspeição.</p> <p>(D) O perito e os assistentes técnicos podem, para o desempenho de sua função, ouvir testemunhas e solicitar documentos em poder das partes.</p> <p>(E) Os peritos serão escolhidos entre profissionais de nível universitário devidamente inscritos no órgão de classe competente que deverão comprovar sua especialidade na matéria.</p>	<p>45. Em relação à alienação parental, é correto afirmar:</p> <p>(A) São partes legítimas para o ajuizamento da ação de alienação parental o Ministério Público, a Defensoria Pública e o Conselho Tutelar.</p> <p>(B) No processo de apuração de indício da prática de ato de alienação parental vigora inteiramente o princípio dispositivo.</p> <p>(C) O juiz poderá, segundo a gravidade do caso, declarar a extinção da autoridade parental.</p> <p>(D) Em qualquer ação, autônoma ou incidental, e a qualquer momento processual, poderá ser determinada perícia psicológica ou biopsicossocial, para a apuração de ato de alienação parental.</p> <p>(E) A alteração de domicílio da criança ou adolescente é determinante da competência relacionada às ações fundadas em direito de convivência familiar.</p>
<p>43. Considere as seguintes proposições:</p> <p>I. A sentença de interdição produz efeito desde logo, embora sujeita a apelação, e invalida os atos praticados pelo interdito antes de sua prolação.</p> <p>II. A sentença é ineficaz para o litisconsorte necessário não citado para o processo, mas se transitada em julgado produz efeitos para as partes.</p> <p>III. A sentença que declara a extinção da execução não é sujeita a apelação quando o devedor satisfaz a obrigação ou quando tiver havido transação ou remissão da dívida.</p> <p>IV. A sentença no processo falimentar está sujeita a recurso de agravo de instrumento, mas quando julga improcedente o pedido se sujeita a apelação.</p> <p>Está correto o que se afirma APENAS em</p> <p>(A) I e II.</p> <p>(B) II e III.</p> <p>(C) II e IV.</p> <p>(D) I e IV.</p> <p>(E) I e III.</p>	<p>46. Quanto ao mandado de segurança, é correto afirmar:</p> <p>(A) Quando a matéria de direito for controvertida não cabe mandado de segurança, pois não há direito líquido e certo.</p> <p>(B) Quando o direito ameaçado ou violado couber a várias pessoas, será caso de mandado de segurança coletivo.</p> <p>(C) No mandado de segurança coletivo, a sentença fará coisa julgada <i>erga omnes</i>.</p> <p>(D) Não se aplica ao mandado de segurança coletivo o prazo decadencial de 120 dias.</p> <p>(E) É cabível mandado de segurança coletivo para proteção de direitos individuais homogêneos.</p>
<p>44. Em relação à Coisa Julgada, é INCORRETO afirmar:</p> <p>(A) Faz coisa julgada a resolução da questão prejudicial bastando se constituir em pressuposto necessário para o julgamento da lide.</p> <p>(B) Denomina-se coisa julgada material a eficácia, que torna imutável e indiscutível a sentença não mais sujeita a recurso ordinário ou extraordinário.</p> <p>(C) Não fazem coisa julgada os motivos ainda que importantes para determinar o alcance da parte dispositiva da sentença e a verdade dos fatos admitida como fundamento da sentença.</p> <p>(D) A sentença que julgar total ou parcialmente a lide tem força de lei nos limites da lide e das questões decididas.</p> <p>(E) Nenhum juiz decidirá novamente as questões já decididas, relativas à mesma lide salvo quando sobrevier modificação no estado de fato ou de direito nas relações jurídicas continuativas.</p>	<p>47. A propósito da organização e fiscalização das fundações, é INCORRETO afirmar:</p> <p>(A) O instituidor, ao criar a fundação, deve elaborar o seu estatuto ou designar quem o faça, sujeitando-o a controle jurisdicional mediante procedimento especial de jurisdição voluntária.</p> <p>(B) O estatuto deverá ser submetido ao órgão do Ministério Público, a quem compete sua aprovação, para que verifique se foram observadas as bases da fundação e se os bens são suficientes ao fim a que ela se destina.</p> <p>(C) O órgão do Ministério Público terá o prazo de 15 (quinze) dias para aprovar o estatuto, indicar as modificações que entender necessárias ou lhe denegar a aprovação.</p> <p>(D) Caso seja denegada a aprovação do estatuto pelo órgão do Ministério Público pode o interessado, em petição fundamentada, requerer ao juiz o suprimento da aprovação.</p> <p>(E) Quando o instituidor não fizer o estatuto nem nomear quem o faça, caberá ao órgão do Ministério Público elaborá-lo, submetendo-o à aprovação pelo Conselho Superior do Ministério Público.</p>

## Direito Constitucional

48. Em observância à inviolabilidade das comunicações telefônicas, prevista no inciso XII, do artigo 5º da Constituição Federal, a interceptação telefônica dependerá de ordem judicial expedida pelo juiz competente para a ação principal, em decisão devidamente fundamentada que demonstre sua conveniência e indispensabilidade para fins de

- (A) investigação criminal, instrução processual penal ou inquérito civil para apuração de ato de improbidade administrativa, indicando o juiz a forma de execução da diligência, que não poderá exceder o prazo de 15 (quinze) dias, renovável por igual tempo, sempre mediante decisões judiciais fundamentadas.
- (B) investigação criminal ou instrução processual penal, indicando o juiz a forma de execução da diligência, que não poderá exceder o prazo de 15 (quinze) dias, renovável por igual tempo, sempre mediante decisões judiciais fundamentadas.
- (C) investigação criminal, instrução processual penal ou inquérito civil para apuração de ato de improbidade administrativa, indicando o juiz a forma de execução da diligência, que não poderá exceder o prazo de 15 (quinze) dias, improrrogável.
- (D) investigação criminal ou instrução processual penal, indicando o juiz a forma de execução da diligência, que não poderá exceder o prazo de 15 (quinze) dias, improrrogável.
- (E) inquérito policial, instrução processual penal ou inquérito civil para apuração de ato de improbidade administrativa, indicando o juiz a forma de execução da diligência, que não poderá exceder o prazo de 15 (quinze) dias, renovável por igual tempo, sempre mediante decisões judiciais fundamentadas.

49. A regra da reeleição no Brasil para chefia do Executivo Municipal estabelece que é

- (A) elegível o Prefeito que, após exercer dois mandatos em determinado Município, renuncia seis meses antes da eleição e pretende se candidatar a Vice-Prefeito do mesmo Município.
- (B) inelegível, para o mandato subsequente de Prefeito, o vice-prefeito que, durante seus dois mandatos substituiu diversas vezes o titular em suas ausências temporárias.
- (C) elegível o Prefeito que, tendo sido eleito como vice-prefeito e assumido o cargo pela morte do titular, foi eleito para um novo mandato subsequente e pretende se candidatar a Prefeito do mesmo Município.
- (D) inelegível o Prefeito que, após exercer dois mandatos em determinado Município, renuncia seis meses antes da eleição e pretende se candidatar a Prefeito em outro Município.
- (E) elegível o Prefeito que, após exercer dois mandatos em determinado Município, renuncia seis meses antes da eleição e pretende se candidatar a Prefeito no mesmo Município.

50. É garantia institucional dos Ministérios Públicos estaduais, visando a sua independência de atuação, o modo de nomeação e destituição do Procurador-Geral de Justiça, que será nomeado

- (A) pelo Chefe do Poder Executivo, a partir de escolha em lista tríplice composta por integrantes da carreira, na forma da lei respectiva, para mandato de dois anos, permitidas reconduções sucessivas, e que somente poderá ser destituído por deliberação da maioria absoluta do Poder Legislativo, na forma da lei complementar respectiva.
- (B) livremente pelo Chefe do Poder Executivo, dentre integrantes da carreira, para mandato de dois anos, permitida uma recondução e que somente poderá ser destituído por deliberação da maioria absoluta do Poder Legislativo, na forma da lei complementar respectiva.
- (C) pelo Chefe do Poder Executivo, a partir de escolha em lista tríplice composta por integrantes da carreira, na forma da lei respectiva, para mandato de dois anos, permitida uma recondução, e que somente poderá ser destituído por deliberação da maioria absoluta do Poder Legislativo, na forma da lei complementar respectiva.
- (D) livremente pelo Chefe do Poder Executivo, dentre integrantes da carreira, para mandato de dois anos, permitidas reconduções sucessivas, e que somente poderá ser destituído por deliberação de 3/5 (três quintos) do Poder Legislativo, na forma da lei complementar respectiva.
- (E) pelo Chefe do Poder Executivo, a partir de escolha em lista tríplice composta por integrantes da carreira, na forma da lei respectiva, para mandato de dois anos, permitida uma recondução, e que somente poderá ser destituído por deliberação de 3/5 (três quintos) do Poder Legislativo, na forma da lei complementar respectiva.

51. Em relação à legitimidade para propositura de ação direta de inconstitucionalidade, o Supremo Tribunal Federal exige a comprovação da presença de pertinência temática, por parte dos seguintes co-legitimados:

- (A) Mesa da Assembleia Legislativa ou da Câmara Legislativa do Distrito Federal, Governador do Estado ou do Distrito Federal e Partidos Políticos com representação no Congresso Nacional.
- (B) Mesa da Câmara dos Deputados, Mesa do Senado Federal, Mesa da Assembleia Legislativa ou da Câmara Legislativa do Distrito Federal e confederações sindicais ou entidades de classe de âmbito nacional.
- (C) Mesa da Assembleia Legislativa ou da Câmara Legislativa do Distrito Federal, Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil e confederações sindicais ou entidades de classe de âmbito nacional.
- (D) Mesa da Câmara dos Deputados, Mesa do Senado Federal, Mesa da Assembleia Legislativa ou da Câmara Legislativa do Distrito Federal e Partidos Políticos com representação no Congresso Nacional.
- (E) Mesa da Assembleia Legislativa ou da Câmara Legislativa do Distrito Federal, Governador do Estado ou do Distrito Federal e confederações sindicais ou entidades de classe de âmbito nacional.

<p>52. Em 11 de dezembro de 2011, foram realizados dois plebiscitos no Estado do Pará com consultas para que se decidisse sobre a criação ou não dos novos Estados de Carajás e Tapajós, a serem formados a partir de desmembramento territorial do Estado do Pará. Sobre a previsão constitucional para criação de novos Estados, a consulta prévia às populações diretamente interessadas, por meio de plebiscito, deve ser realizada com os</p> <p>(A) eleitores diretamente interessados, considerados como tais os eleitores das localidades que pretendam se desmembrar.</p> <p>(B) habitantes diretamente interessados, considerados como tais os habitantes do Estado.</p> <p>(C) eleitores diretamente interessados, considerados como tais todos os eleitores do País.</p> <p>(D) eleitores diretamente interessados, considerados como tais os eleitores do Estado.</p> <p>(E) habitantes diretamente interessados, considerados como tais os habitantes das localidades que pretendam se desmembrar.</p>	<p>55. A decisão do Supremo Tribunal Federal em relação aos limites temporais dos efeitos da declaração de inconstitucionalidade no controle concentrado ou abstrato brasileiro, em regra, terá efeitos</p> <p>(A) não retroativos (<i>ex nunc</i>), uma vez que necessário garantir-se a segurança jurídica, comportando, porém, a modulação dos efeitos para admitir a prospecção dos efeitos com fixação de prazo para que o Congresso Nacional edite nova norma, que revogará aquela declarada inconstitucional ("<i>apelo ao legislador</i>"), desde que por decisão de dois terços dos membros do STF, presentes razões de segurança jurídica ou de excepcional interesse social.</p> <p>(B) retroativos (<i>ex tunc</i>), uma vez que os atos inconstitucionais são nulos e, portanto, destituídos de qualquer carga de eficácia jurídica, comportando, porém, a modulação dos efeitos da decisão, inclusive para admitir a prospecção dos efeitos com fixação de prazo para que o Congresso Nacional edite nova norma, que revogará aquela declarada inconstitucional ("<i>apelo ao legislador</i>"), desde que por decisão de dois terços dos membros do STF, presentes razões de segurança jurídica ou de excepcional interesse social.</p> <p>(C) não retroativos (<i>ex nunc</i>), uma vez que necessário garantir-se a segurança jurídica, comportando, porém, a modulação dos efeitos da decisão, inclusive para admitir a prospecção dos efeitos com fixação de prazo para que o Congresso Nacional edite nova norma, que revogará aquela declarada inconstitucional ("<i>apelo ao legislador</i>"), desde que por decisão de maioria absoluta dos membros do STF, presentes razões de segurança jurídica ou de excepcional interesse social.</p> <p>(D) retroativos (<i>ex tunc</i>), uma vez que os atos inconstitucionais são nulos e, portanto, destituídos de qualquer carga de eficácia jurídica, comportando, somente, a modulação dos efeitos da decisão para admitir a não retroatividade da decisão da Corte, desde que por maioria absoluta dos membros do STF, presentes razões de segurança jurídica ou de excepcional interesse social.</p> <p>(E) não retroativos (<i>ex nunc</i>) ou retroativos (<i>ex tunc</i>), desde que fixados por decisão de dois terços dos membros do STF, presentes razões de segurança jurídica ou de excepcional interesse social, comportando, porém, a modulação dos efeitos da decisão, inclusive para admitir a prospecção dos efeitos com fixação de prazo para que o Congresso Nacional edite nova norma, que revogará aquela declarada inconstitucional ("<i>apelo ao legislador</i>").</p>
<p>53. São inadmissíveis, no processo, as provas obtidas por meios ilícitos. Elas são</p> <p>(A) nulas e contaminam as demais provas delas decorrentes, de acordo com a teoria dos <i>frutos da árvore envenenada</i>, acarretando a nulidade do processo, em respeito ao princípio constitucional do devido processo legal.</p> <p>(B) anuláveis e podem ser desentranhadas dos autos, a critério do juiz, porém não contaminam as demais provas delas decorrentes, em virtude da incomunicabilidade da ilicitude.</p> <p>(C) nulas e contaminam todas as demais provas do processo, de acordo com a teoria dos <i>frutos da árvore envenenada</i>, não tendo, porém, o condão de anular o processo.</p> <p>(D) anuláveis e podem ser desentranhadas dos autos e contaminar as demais provas delas decorrentes, a critério do juiz, permanecendo válidas as provas lícitas e autônomas.</p> <p>(E) nulas e contaminam as demais provas delas decorrentes, de acordo com a teoria dos <i>frutos da árvore envenenada</i>, não tendo, porém, o condão de anular o processo, permanecendo válidas as demais provas lícitas e autônomas.</p>	
<p>54. A EC nº 45/04 estabeleceu o Conselho Nacional de Justiça, sobre a Presidência do Presidente do Supremo Tribunal Federal, com sede na Capital Federal, como órgão</p> <p>(A) de cúpula administrativa do Poder Judiciário, com funções administrativas e jurisdicionais, composto por 15 membros, cuja maioria é formada por membros do Poder Judiciário.</p> <p>(B) externo de fiscalização administrativa do Poder Judiciário, com funções administrativas, composto por 15 membros, cuja maioria é formada por membros indicados pelos Poderes Executivo e Legislativo.</p> <p>(C) de cúpula administrativa do Poder Judiciário, com funções administrativas, composto por 15 membros, cuja maioria é formada por membros do Poder Judiciário.</p> <p>(D) externo de fiscalização administrativa do Poder Judiciário, com funções administrativas, composto por 15 membros, cuja maioria é formada por membros do Poder Judiciário.</p> <p>(E) externo de fiscalização administrativa do Poder Judiciário, com funções administrativas e jurisdicionais, composto por 15 membros, cuja maioria é formada por membros do Poder Judiciário.</p>	<p>56. A Constituição Federal define a família como base da sociedade, garantindo ser reconhecida</p> <p>(A) a união estável entre o homem e a mulher e a união de pessoas do mesmo sexo como entidade familiar apta a merecer proteção estatal como sinônimo de família.</p> <p>(B) a união estável somente entre o homem e a mulher como entidade familiar apta a merecer proteção estatal, como sinônimo de família.</p> <p>(C) como entidade familiar a comunidade formada por qualquer dos pais e seus descendentes, excluindo-se uniões de pessoas do mesmo sexo.</p> <p>(D) a união estável entre pessoas do mesmo sexo, além da união estável entre homem e a mulher, apta a merecer proteção estatal, porém não como entidade familiar, nem como sinônimo de família.</p> <p>(E) como entidade familiar somente a comunidade formada pelo homem e pela mulher e seus descendentes.</p>

<p>57. A Constituição Federal, ao consagrar a inviolabilidade de crença religiosa está também assegurando a proteção</p> <p>(A) plena à liberdade de culto e as suas liturgias, desde que haja prévia autorização estatal para a realização de atividades em público, na forma e nos termos previstos em lei.</p> <p>(B) à liberdade de culto e as suas liturgias, na forma e nos termos previstos em lei.</p> <p>(C) plena à liberdade de culto católico e as suas liturgias, permitindo, porém, que todas as demais religiões realizem seus cultos domésticos ou particulares sem necessidade de expressa autorização.</p> <p>(D) plena à liberdade de culto e as suas liturgias, bem como o direito de não acreditar ou professar nenhuma fé, devendo o Estado respeito ao ateísmo.</p> <p>(E) à liberdade de culto e as suas liturgias, desde que haja reconhecimento da existência do monoteísmo, na forma e nos termos previstos em lei.</p>	<p>59. Em relação às imunidades parlamentares, é correto afirmar que a imunidade</p> <p>(A) material exige relação entre as condutas praticadas pelo parlamentar e o exercício do mandato, tornando-o inviolável pelas palavras, votos e opiniões decorrentes do desempenho das funções parlamentares e possuem eficácia temporal permanente ou perpétua, pois pressupondo a inexistência da infração penal ou ilícito civil, mesmo após o fim da legislatura, o parlamentar não poderá ser investigado, incriminado ou responsabilizado pelos fatos anteriores.</p> <p>(B) processual parlamentar, a partir da EC 35/01, determina que recebida à denúncia contra Senador ou Deputado, por crime ocorrido após a diplomação, o Supremo Tribunal Federal dará ciência à Casa respectiva, solicitando prévia licença para dar continuidade ao processo, que poderá ser concedida por maioria absoluta dos membros da Casa Parlamentar.</p> <p>(C) material exige que as condutas praticadas pelo parlamentar no exercício do mandato sejam realizadas nas comissões ou no plenário do Congresso Nacional, tornando-o inviolável pelas palavras, votos e opiniões decorrentes do desempenho das funções parlamentares e possui eficácia temporal permanente ou perpétua, pois pressupondo a inexistência da infração penal ou ilícito civil, mesmo após o fim da legislatura, o parlamentar não poderá ser investigado, incriminado ou responsabilizado pelos fatos anteriores.</p> <p>(D) processual parlamentar, a partir da EC 35/01, determina que recebida à denúncia contra Senador ou Deputado, por crime ocorrido antes da diplomação, o Supremo Tribunal Federal dará ciência à Casa respectiva, que, por iniciativa de partido político nela representado e pelo voto da maioria de seus membros, poderá, até decisão final, sustar o andamento da ação.</p> <p>(E) material exige relação entre as condutas praticadas pelo parlamentar e o exercício do mandato, tornando-o inviolável pelas palavras, votos e opiniões decorrentes do desempenho das funções parlamentares e possuem eficácia temporal limitada, pois, após o fim da legislatura, o parlamentar poderá ser investigado, incriminado ou responsabilizado pelos fatos anteriores.</p>
<p>58. Em relação ao controle de constitucionalidade no Brasil, é correto afirmar:</p> <p>(A) A ideia básica de controle de constitucionalidade está ligada à Supremacia da Constituição sobre todo o ordenamento jurídico interno, excetuando os Tratados Internacionais devidamente incorporados, e, também, à de rigidez constitucional e proteção dos direitos fundamentais.</p> <p>(B) No controle abstrato de constitucionalidade, o Supremo Tribunal Federal fica condicionado ao pedido, porém não a causa de pedir, ou seja, analisará a constitucionalidade dos dispositivos legais apontados pelo autor, porém poderá declará-los inconstitucionais por fundamentação jurídica diferenciada, não estando adstrito aos fundamentos invocados pelo autor, podendo declarar a inconstitucionalidade por fundamentos diversos dos expedidos na inicial.</p> <p>(C) O controle preventivo de constitucionalidade exercido pelo Supremo Tribunal Federal, por provocação do Presidente da República, Presidente do Senado Federal ou Presidente da Câmara dos Deputados, pretende impedir que proposta de emenda constitucional ou projeto de lei maculados pela eiva de inconstitucionalidade ingressem no ordenamento jurídico.</p> <p>(D) A Constituição Federal prevê a possibilidade de edição de súmulas vinculantes pela maioria absoluta dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, de ofício ou por provocação de qualquer dos co-legitimados para a propositura da ação direta de inconstitucionalidade, sempre tendo por objeto a validade, a interpretação e a eficácia de normas determinadas, desde que exista controvérsia atual entre órgãos judiciários ou entre esses e a administração pública que acarrete grave insegurança jurídica e relevante multiplicidade de processos sobre questão idêntica.</p> <p>(E) A figura do <i>amicus curiae</i> ou “amigo da Corte”, cuja função primordial é juntar aos autos parecer ou informações com o intuito de trazer à colação considerações importantes sobre a matéria de direito a ser discutida pelo Supremo Tribunal Federal, bem como acerca dos reflexos de eventual decisão sobre a inconstitucionalidade ou constitucionalidade da espécie normativa impugnada pode ser admitida a qualquer tempo, antes do julgamento final, exigindo a maioria de 2/3 dos membros do STF.</p>	<p style="text-align: center;"><b>Direito da Infância e da Juventude</b></p> <p>60. O Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/90) e o Estatuto do Idoso (Lei nº 10.741/2003) destinam-se a regular os direitos assegurados à criança, considerando-se a pessoa até</p> <p>(A) doze anos de idade incompletos; ao adolescente, considerando-se a pessoa entre doze e dezoito anos de idade e às pessoas idosas com idade igual ou superior a sessenta anos.</p> <p>(B) doze anos de idade incompletos; ao adolescente, considerando-se a pessoa entre doze e vinte e um anos de idade e às pessoas idosas com idade igual ou superior a sessenta anos.</p> <p>(C) doze anos de idade; ao adolescente, considerando-se a pessoa entre doze e dezoito anos de idade e às pessoas idosas com idade igual ou superior a sessenta e cinco anos.</p> <p>(D) doze anos de idade incompletos; ao adolescente, considerando-se a pessoa entre doze e dezoito anos de idade e às pessoas idosas com idade superior a sessenta e cinco anos.</p> <p>(E) dezesseis anos de idade incompletos; ao adolescente, considerando-se a pessoa entre dezesseis e vinte e um anos de idade e às pessoas idosas com idade superior a sessenta anos.</p>

61. A criança e o adolescente têm direito à educação, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho. A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais. Em relação à educação especial, considere:

- I. É modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos portadores de necessidades especiais.
- II. Os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com necessidades especiais terminalidade específica para aqueles que não puderem atingir o nível exigido para a conclusão do ensino fundamental, em virtude de suas deficiências, e aceleração para concluir em menor tempo o programa escolar para os superdotados.
- III. A oferta de educação especial, dever constitucional do Estado, tem início na faixa etária de zero a seis anos, durante a educação infantil.
- IV. As famílias poderão optar pelo atendimento da criança e do adolescente com necessidades especiais em classes, escolas ou serviços especializados, diversos das classes comuns de ensino regular.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, II, III e IV.
- (B) I, II e III, apenas.
- (C) II, III e IV, apenas.
- (D) I e IV, apenas.
- (E) II e IV, apenas.

62. A colocação em família substituta, além da tutela, far-se-á mediante

- (A) guarda, curatela ou adoção.
- (B) guarda compartilhada.
- (C) guarda, ou adoção.
- (D) curatela ou adoção.
- (E) curatela especial.

63. As entidades de atendimento da criança e do adolescente, governamentais e não governamentais, serão fiscalizadas pelo Judiciário, pelo Ministério Público e pelos Conselhos Tutelares. Nos termos do Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/90), são medidas aplicáveis às entidades de atendimento que descumprirem obrigações nele contidas:

- I. Às entidades governamentais: advertência, afastamento provisório de seus dirigentes, afastamento definitivo de seus dirigentes e fechamento de unidade ou interdição de programa.
- II. Às entidades não governamentais: advertência, suspensão total ou parcial do repasse de verbas públicas, interdição de unidades ou suspensão de programa e cassação do registro.
- III. Às entidades governamentais: afastamento provisório de seus dirigentes, afastamento definitivo de seus dirigentes, intervenção administrativa e fechamento de unidade ou interdição de programa.
- IV. Às entidades não governamentais: advertência, suspensão total ou parcial do repasse de verbas públicas, interdição de unidades ou suspensão de programa e intervenção administrativa.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) III e IV.
- (B) I e IV.
- (C) IV.
- (D) II e III.
- (E) I e II.

64. Na apuração de Ato Infracional, o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/90) estabelece formas de remissão. Dentre elas, a concedida

- (A) pelo Juiz, como forma de suspensão ou extinção do processo e a concedida pelo Ministério Público, como forma de exclusão do processo.
- (B) somente pelo Ministério Público, como forma de extinção do processo, e homologada pelo Juiz.
- (C) somente pelo Juiz, como forma de exclusão, suspensão ou extinção do processo, ouvindo-se previamente o Ministério Público.
- (D) pelo Juiz, como forma de suspensão do processo, e a concedida pelo Ministério Público, como forma de extinção do processo.
- (E) somente pelo Ministério Público, como forma de exclusão do processo, independentemente de homologação do Juiz.

65. A medida socioeducativa de internação só poderá ser aplicada quando se tratar de ato infracional cometido por

- (A) adolescente, mediante grave ameaça ou violência à pessoa ou equiparável a crime hediondo.
- (B) criança ou adolescente, mediante grave ameaça ou violência à pessoa, por reiteração no cometimento de outras infrações graves e por descumprimento reiterado e injustificável da medida anteriormente imposta.
- (C) criança ou adolescente, mediante grave ameaça ou violência à pessoa ou equiparável a crime hediondo.
- (D) adolescente, mediante grave ameaça ou violência à pessoa, por reiteração no cometimento de outras infrações graves e por descumprimento reiterado e injustificável da medida anteriormente imposta.
- (E) adolescente, por reiteração no cometimento de outras infrações graves e por descumprimento reiterado e injustificável da medida anteriormente imposta.

### Direito Comercial e Empresarial

66. Em relação à falência, considere:

- I. São excluídas da falência as sociedades de economia mista, as empresas públicas, as câmaras de compensação e de liquidação financeira e as entidades fechadas de previdência complementar.
- II. Para se decretar a falência da sociedade empresária exige-se a comprovação da insuficiência do ativo para a solvência do passivo.
- III. Na falência requerida com fundamento na triplíce omissão a lei não exige que o título objeto da execução tenha valor mínimo.
- IV. Configura ato de falência (art. 94, inc. III, da Lei nº 11.101/2005) a transferência do estabelecimento comercial a terceiro, credor ou não, com o consentimento de todos os credores.
- V. A competência para a apreciação do processo falimentar, quando a empresa possui mais de um estabelecimento comercial situados em locais abrangidos por diferentes foros, é aquele em que se localiza a matriz da sociedade, assim indicada no contrato societário.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I e IV.
- (B) I e III.
- (C) II, III e IV.
- (D) IV e V.
- (E) V.

67. É INCORRETO afirmar:

- (A) Nas sociedades limitadas, o contrato social restringe a responsabilidade dos sócios ao valor de suas contribuições ou à soma do capital social.
- (B) Sociedade de capital fixo cujo capital é determinado e estável e só pode ser modificado por alteração do contrato.
- (C) A sociedade em conta de participação, em razão de sua estrutura econômica é reputada sociedade de capitais.
- (D) As sociedades irregulares denominadas “em comum” pelo Código Civil, são sociedades não personificadas.
- (E) As sociedades ilimitadas são aquelas em que todos os sócios assumem responsabilidade ilimitada e solidária relativamente às obrigações.

68. É INCORRETO afirmar:

- (A) Na sociedade em nome coletivo todos os sócios são limitada e solidariamente responsáveis pelas obrigações sociais.
- (B) Nas sociedades em comandita simples, os sócios comanditados pessoas físicas, respondem solidária e ilimitadamente pelas obrigações sociais, e os comanditários obrigam-se somente pelo valor de suas cotas.
- (C) Na sociedade em comandita simples o sócio comanditário pode ser pessoa jurídica, desde que constituída a sociedade de acordo com o disposto no art. 1045, do Código Civil.
- (D) A sociedade em conta de participação não é irregular, muito embora não tenha razão social ou firma; não se revele publicamente em face de terceiro e nem tenha patrimônio próprio.
- (E) O contrato societário das denominadas sociedades simples deverá necessariamente conter dentre outros requisitos a participação de cada sócio nos lucros e nas perdas (art. 997, CC).

69. Considere:

- I. Nota promissória é promessa escrita de pagamento de certa soma em dinheiro; nasce com a assinatura do devedor.
- II. O aceite é instituto típico da letra de câmbio; é o ato de vontade materializado pela oposição de assinatura no título, mediante a qual o sacado concorda com a ordem do sacador, tornando-se o principal responsável da quantia expressa na letra de câmbio na data de seu vencimento.
- III. O prazo de apresentação do cheque ao banco, para pagamento é 60 dias.
- IV. A letra de câmbio é ordem de pagamento à vista ou a prazo de quantia determinada.
- V. A duplicata comercial é título de crédito de emissão obrigatória pelo vendedor, representando o crédito decorrente de uma venda mercantil.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) II e III.
- (B) I, II e III.
- (C) I.
- (D) I, II e IV.
- (E) III, IV e V.

<p align="center"><b>Tutela de Interesses Difusos, Coletivos e Individuais Homogêneos</b></p>	
<p>70. Segundo o Código de Defesa do Consumidor, na ação que tenha por objeto o cumprimento da obrigação de fazer ou não fazer, o juiz concederá a tutela específica da obrigação ou determinará providências que assegurem o resultado prático equivalente ao do adimplemento. Segundo esse dispositivo,</p> <p>(A) a conversão da obrigação em perdas e danos poderá ser concedida ainda que sem por ela optar o autor, desde que seja impossível a tutela específica ou a obtenção do resultado prático correspondente.</p> <p>(B) a indenização por perdas e danos excluirá a multa.</p> <p>(C) é lícito ao juiz conceder a tutela liminarmente ou após justificação prévia, citado o réu, bastando que o fundamento da demanda seja relevante.</p> <p>(D) na sentença, o juiz somente poderá impor multa diária ao réu se houver pedido expresso do autor.</p> <p>(E) para a tutela específica ou para a obtenção do resultado prático equivalente, poderá o juiz determinar as medidas necessárias, tais como busca e apreensão, remoção de coisas e pessoas, desfazimento de obra, impedimento de atividade nociva, além de requisição de força policial e prisão civil temporária do réu.</p>	<p>73. No curso do inquérito civil, o promotor de Justiça NÃO deve</p> <p>(A) expedir recomendações e relatórios anuais ou especiais para que sejam observados os direitos que lhe incumba defender ou para a adoção de medidas destinadas à prevenção ou controle de irregularidades.</p> <p>(B) sugerir à esfera de poder competente a edição de normas ou a alteração da legislação em vigor.</p> <p>(C) apurar falta disciplinar ou ilícito administrativo e requisitar à autoridade administrativa competente a aplicação das sanções cabíveis sob pena de prevaricação.</p> <p>(D) notificar a autoridade competente para que, em prazo razoável, adote as providências legais, no âmbito de seu poder de polícia, a fim de assegurar o respeito a interesses sociais.</p> <p>(E) receber petições, reclamações, representações e queixas de qualquer pessoa, por desrespeito aos direitos assegurados nas Constituições Federal e Estadual e ordenamento jurídico, as quais serão encaminhadas à autoridade competente para resposta e a devida solução, nos termos deste ato normativo e da legislação específica.</p>
<p>71. Dentre os instrumentos da política urbana, previstos no Estatuto das Cidades (Lei nº 10.257/2001), figuram a desapropriação e a usucapião especial de imóvel urbano. A propósito desses instrumentos, é correto afirmar:</p> <p>(A) É obrigatória a intervenção do Ministério Público nas ações de desapropriação e de usucapião especial de imóvel urbano.</p> <p>(B) Na ação judicial de usucapião especial de imóvel urbano, o rito processual a ser observado é o ordinário.</p> <p>(C) Associação de moradores da comunidade, com regular personalidade jurídica, é, por si própria, parte legítima para a ação de usucapião urbana.</p> <p>(D) A aquisição individual de domínio pela usucapião especial de imóvel urbano só poderá ocorrer em imóveis não edificadas de até 250 m<sup>2</sup>.</p> <p>(E) Áreas urbanas com mais de 250 m<sup>2</sup>, ocupadas por população de baixa renda para sua moradia, por mais de 5 anos ininterruptamente e sem oposição, são susceptíveis de serem usucapidas coletivamente.</p>	<p>74. É correto afirmar:</p> <p>(A) Quando houver representação, o inquérito civil não poderá ser instaurado enquanto não for identificado o representante, ainda que o fato seja determinado.</p> <p>(B) Do indeferimento da representação caberá sempre recurso ao Conselho Superior do Ministério Público.</p> <p>(C) A representação para instauração do inquérito civil deverá ser apresentada por escrito, não devendo o Promotor de Justiça aceitá-la se for de outra forma.</p> <p>(D) A representação poderá ser indeferida sem necessidade de motivação, quando apócrifa.</p> <p>(E) Quando a representação formalmente em ordem, e sem peças de informação, for manifestamente improcedente, deverá ser autuada e arquivada, remetendo-se os autos de ofício ao Conselho Superior do Ministério Público para homologação do arquivamento.</p>
<p>72. Com relação à Lei de Improbidade Administrativa (Lei nº 8.429/92), é correto afirmar:</p> <p>(A) As ações de improbidade administrativa até o valor de 60 salários mínimos serão processadas nos Juizados Especiais da Fazenda Pública (Lei nº 12.153/2009).</p> <p>(B) O ressarcimento integral do dano será possível apenas se a lesão ao patrimônio público ocorrer por ação dolosa do agente público.</p> <p>(C) O sucessor daquele que se enriquecer ilícitamente, por ato de improbidade administrativa, está sujeito às cominações da lei de improbidade pelo total da vantagem patrimonial indevida, ainda que esse ultrapasse o valor da herança.</p> <p>(D) Caberá à autoridade administrativa responsável pelo inquérito representar ao Ministério Público para indisponibilidade dos bens do indiciado.</p> <p>(E) As penalidades previstas na Lei nº 8.429/92 se aplicadas cumulativamente excluirão outras sanções civis ou administrativas previstas em legislação específica.</p>	<p>75. Com relação ao compromisso de ajustamento de conduta, é correto afirmar:</p> <p>(A) Não se admite, ainda que em caráter excepcional, que seja celebrada sua novação nos termos da lei civil.</p> <p>(B) Admite-se que seja celebrado com característica de ajuste preliminar.</p> <p>(C) Admite-se a dispensa parcial das obrigações reclamadas para a efetiva satisfação do interesse ou direito lesado.</p> <p>(D) Admite-se sua celebração em qualquer fase do inquérito civil, ainda que o fato não esteja devidamente esclarecido.</p> <p>(E) Não se admite a dispensa de multa cominatória como garantia do cumprimento da obrigação principal.</p> <p>76. Considerando o disposto na Lei do Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza – SNUC – (Lei nº 9.985/2000), NÃO se encaixa no grupo das Unidades de Proteção Integral:</p> <p>(A) Estação Ecológica.</p> <p>(B) Parque Nacional.</p> <p>(C) Floresta Nacional.</p> <p>(D) Monumento Natural.</p> <p>(E) Refúgio de Vida Silvestre.</p>

<p>77. Considerando o disposto na Lei do Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza – SNUC – (Lei nº 9.985/2000), entende-se por</p> <p>(A) Conservação da natureza: conservação de ecossistemas e habitats naturais e a manutenção e recuperação de populações viáveis de espécies em seus meios naturais e, no caso de espécies domesticadas ou cultivadas, nos meios onde tenham desenvolvido suas propriedades características.</p> <p>(B) Preservação: manutenção dos ecossistemas livres de alterações causadas por interferência humana, admitido apenas o uso indireto dos seus atributos naturais.</p> <p>(C) Proteção integral: conjunto de métodos, procedimentos e políticas que visem a proteção a longo prazo das espécies, <i>habitats</i> e ecossistemas, além da manutenção dos processos ecológicos, prevenindo a simplificação dos sistemas naturais.</p> <p>(D) Zona de amortecimento: o entorno de uma unidade de conservação, onde as atividades humanas estão sujeitas a normas e restrições específicas, com o propósito de minimizar os impactos negativos sobre a unidade.</p> <p>(E) Conservação <i>in situ</i>: o manejo do uso humano da natureza, compreendendo a preservação, a manutenção, a utilização sustentável, a restauração e a recuperação do ambiente natural, para que possa produzir o maior benefício, em bases sustentáveis, às atuais gerações, mantendo seu potencial de satisfazer as necessidades e aspirações das gerações futuras, e garantindo a sobrevivência dos seres vivos em geral.</p>	<p>80. Com relação ao inquérito civil, é correto afirmar:</p> <p>(A) Se o órgão do Ministério Público, esgotadas todas as diligências, se convencer da inexistência de fundamento para a propositura da ação civil, promoverá o arquivamento dos autos do inquérito civil ou das peças informativas, sem necessidade de fundamentação.</p> <p>(B) Os autos do inquérito civil ou das peças de informação arquivadas serão remetidos, sob pena de se incorrer em falta grave, no prazo de 30 (trinta) dias, ao Conselho Superior do Ministério Público.</p> <p>(C) A instauração do inquérito civil prescinde de uma portaria inicial que fixe o seu objeto e justifique a necessidade de sua instauração.</p> <p>(D) A promoção de arquivamento será submetida a exame e deliberação do Conselho Superior do Ministério Público, conforme dispuser o seu Regimento.</p> <p>(E) Deixando o Conselho Superior de homologar a promoção de arquivamento, determinará ao mesmo órgão do Ministério Público o ajuizamento da ação.</p>
<p>78. Com relação à proteção, aos direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e ao modelo assistencial em saúde mental, é correto afirmar que</p> <p>(A) a internação de pacientes portadores de transtornos mentais em instituições com características asilares é legal.</p> <p>(B) a internação, em qualquer de suas modalidades, só será indicada quando os recursos extra-hospitalares se mostrarem insuficientes.</p> <p>(C) a internação psiquiátrica será realizada mediante simples indicação médica, sem necessidade de motivação, garantindo, assim, a acessibilidade ao tratamento.</p> <p>(D) a internação compulsória é aquela que se dá sem o consentimento do usuário e a pedido de terceiro.</p> <p>(E) somente o médico assistente poderá determinar o término da internação voluntária.</p>	<p>81. Considere as seguintes afirmações sobre a Lei Orgânica da Saúde (Lei nº 8.080/90):</p> <p>I. São objetivos do Sistema Único de Saúde SUS: a) a identificação e divulgação dos fatores condicionantes e determinantes da saúde; b) a formulação de política de saúde destinada a promover, nos campos econômico e social, a observância do dever do Estado de garantir que a saúde consiste na formulação e execução de políticas econômicas e sociais que visem à redução de riscos de doenças e de outros agravos e no estabelecimento de condições que assegurem acesso universal e igualitário às ações e aos serviços para a sua promoção, proteção e recuperação; c) a assistência às pessoas por intermédio de ações de promoção, proteção e recuperação da saúde, com a realização integrada das ações assistenciais e das atividades preventivas.</p> <p>II. Estão incluídas no campo de atuação do Sistema Único de Saúde (SUS): a colaboração na proteção do meio ambiente, nele compreendido o do trabalho.</p> <p>III. As ações de vigilância sanitária não abrangem o controle de bens de consumo ainda que, direta ou indiretamente, se relacionem com a saúde, enquanto compreendidos nas etapas e processos de produção.</p> <p>IV. As ações de saúde do trabalhador compreendem um conjunto de atividades que se destina, através das ações de vigilância epidemiológica e vigilância sanitária, à promoção e proteção da saúde dos trabalhadores, assim como visa à recuperação e reabilitação da saúde dos trabalhadores submetidos aos riscos e agravos advindos das condições de trabalho, mas não estão no âmbito da atuação do Sistema Único da Saúde.</p> <p>Está correto o que se afirma APENAS em</p> <p>(A) I e II.</p> <p>(B) II e III.</p> <p>(C) II e IV.</p> <p>(D) I e III.</p> <p>(E) I e IV.</p>
<p>79. Com relação à responsabilidade do sistema consumerista quanto aos acidentes de consumo, é INCORRETO afirmar que</p> <p>(A) é culposa a responsabilidade pessoal dos profissionais liberais.</p> <p>(B) a responsabilidade do comerciante é subsidiária.</p> <p>(C) a responsabilidade do fabricante é objetiva.</p> <p>(D) a responsabilidade do fabricante não comporta excludentes de ilicitude.</p> <p>(E) a responsabilidade do fornecedor de serviço comporta excludentes de ilicitude.</p>	

<p>82. A Constituição Federal, o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/90) e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei nº 9.394/96) asseguram o atendimento de crianças de zero a seis anos em creches e pré-escolas da rede pública. A propósito desse direito e de sua proteção judicial, considere as seguintes afirmações:</p> <p>I. A repartição constitucional de competência impõe fundamentalmente ao Estado, ente federativo, o dever de atuar prioritariamente na educação infantil mediante a oferta de vaga em creche e pré-escolas.</p> <p>II. É legítima a determinação da obrigação de fazer pelo Judiciário para tutelar o direito subjetivo do menor a tal assistência educacional, não havendo falar em discricionariedade da Administração Pública, que tem o dever legal de assegurá-lo, tampouco na teoria da reserva do possível enquanto arguição abstrata de tese de defesa.</p> <p>III. O Município tem a obrigação de assegurar o acesso da criança à educação, cumprindo-lhe garantir vagas na rede pública, e, na falta destas, deve proporcionar, <i>incontinenti</i>, esse direito na rede privada, às suas expensas.</p> <p>IV. O Ministério Público está legitimado, mediante ação civil pública, a tutelar esse direito, ainda que se trate de pedido voltado para uma única criança.</p> <p>Está correto o que se afirma APENAS em</p> <p>(A) I e III.  (B) II e IV.  (C) I e IV.  (D) I e II.  (E) III e IV.</p>	<p>85. As ações e serviços públicos de saúde e os serviços privados contratados ou conveniados que integram o Sistema Único de Saúde (SUS), são desenvolvidos de acordo com as diretrizes previstas na Constituição Federal, obedecendo ainda aos seguintes princípios:</p> <p>(A) Universalidade de acesso aos serviços de saúde em todos os níveis de assistência, igualdade da assistência à saúde, sem preconceitos ou privilégios de qualquer espécie e participação da comunidade.</p> <p>(B) Participação da comunidade e descentralização político-administrativa, com direção única em cada esfera de governo e a execução de ações de vigilância sanitária, de vigilância epidemiológica e de saúde do trabalhador.</p> <p>(C) Integralidade de assistência, entendida como conjunto articulado e contínuo das ações e serviços preventivos e curativos, individuais e coletivos, exigidos para cada caso em todos os níveis de complexidade do sistema e assistência terapêutica integral, inclusive farmacêutica.</p> <p>(D) Divulgação de informações quanto ao potencial dos serviços de saúde e a sua utilização pelo usuário, universalidade de acesso aos serviços de saúde em todos os níveis de assistência e o controle e a fiscalização de serviços, produtos e substâncias de interesse para a saúde.</p> <p>(E) Organização dos serviços públicos de modo a evitar duplicidade de meios para fins idênticos, integração em nível executivo das ações de saúde, meio ambiente e saneamento básico e participação na normatização, fiscalização e controle dos serviços de saúde do trabalhador nas instituições e empresas públicas e privadas.</p>
<p>83. NÃO corresponde à definição e natureza jurídica do inquérito civil:</p> <p>(A) procedimento administrativo.  (B) de natureza inquisitorial.  (C) de caráter obrigatório.  (D) de caráter unilateral.  (E) privativo do Ministério Público.</p>	<p>86. A assistência social, direito do cidadão e dever do Estado, é Política de Seguridade Social não contributiva, que prevê os mínimos sociais, realizada através de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas. Um dos objetivos da assistência social é a garantia de benefício mensal às pessoas que comprovem não possuir meios de prover a própria manutenção ou de tê-la provida por sua família. Em relação ao benefício de prestação continuada, é correto afirmar:</p> <p>I. Destina-se à pessoa com deficiência e ao idoso com 65 (sessenta e cinco) anos ou mais.</p> <p>II. Destina-se à pessoa com deficiência e ao idoso.</p> <p>III. Considera-se pessoa com deficiência aquela que tem impedimentos de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas.</p> <p>IV. Considera-se incapaz de prover a manutenção da pessoa com deficiência ou idosa a família cuja renda mensal <i>per capita</i> seja inferior a 1/2 (meio) salário mínimo.</p> <p>Está correto o que se afirma APENAS em</p> <p>(A) II e III.  (B) II e IV.  (C) IV.  (D) I.  (E) I e III.</p>
<p style="text-align: center;"><b>Direitos Humanos</b></p> <p>84. A Convenção Americana sobre Direitos Humanos – Pacto de São José da Costa Rica estabelece que a Comissão Interamericana de Direitos Humanos tem a função principal de promover a observância e defesa dos direitos humanos, com as seguintes funções e competências:</p> <p>(A) Reprimir as graves violações praticadas contra os direitos humanos e apresentar relatório à Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas sobre as providências tomadas.</p> <p>(B) Determinar aos governos dos Estados-Membros que adotem medidas em prol dos direitos humanos e denunciar aos Tribunais Internacionais a ocorrência de crimes contra a humanidade.</p> <p>(C) Receber petições de qualquer pessoa, grupo de pessoas, de entidade não governamental ou de Estado-Membro que contenham denúncias ou queixas de violação da Convenção por um Estado-Membro.</p> <p>(D) Preparar estudos e relatórios sobre a situação dos direitos humanos na América e capacitar pessoas para atuar na área de defesa dos direitos humanos.</p> <p>(E) Julgar os casos de violação dos direitos humanos na América e manter atualizadas as normas da Convenção Americana sobre Direitos Humanos.</p>	

<p>87. O Estatuto da Igualdade Racial (Lei nº 12.288/2010), destinado a garantir à população negra a efetivação da igualdade de oportunidades, a defesa dos direitos étnicos individuais, coletivos e difusos e o combate à discriminação e às demais formas de intolerância étnica, considera</p> <p>(A) Desigualdade racial: toda situação justificada de diferenciação de acesso e fruição de bens, serviços e oportunidades, nas esferas pública e privada, em virtude de raça, cor, descendência ou origem nacional ou étnica.</p> <p>(B) Discriminação racial ou étnico-racial: toda distinção, exclusão, restrição ou preferência baseada em raça, cor, descendência ou origem nacional ou étnica que tenha por objeto anular ou restringir o reconhecimento, gozo ou exercício, em igualdade de condições, de direitos humanos e liberdades fundamentais nos campos político, econômico, social, cultural ou em qualquer outro campo da vida pública ou privada.</p> <p>(C) População negra: o conjunto de pessoas que se autodeclararam não brancas, conforme o quesito cor ou raça usado pelos órgãos oficiais de estatística.</p> <p>(D) Ações afirmativas: os programas incentivados pelo Estado e pela iniciativa privada para a conscientização das desigualdades raciais e para a promoção dos direitos humanos.</p> <p>(E) Desigualdade de gênero e raça: simetria existente no âmbito da sociedade que acentua a distância social entre mulheres negras e os demais segmentos sociais.</p>	<p>90. A Constituição Federal, excepcionalmente, admite a contratação temporária sem concurso público, desde que estejam presentes os seguintes requisitos:</p> <p>(A) Excepcional interesse público, contratação para o exercício de serviços típicos de carreira e hipóteses expressamente previstas em lei federal.</p> <p>(B) Relevância e urgência, contratação por 180 (cento e oitenta) dias improrrogáveis e hipóteses expressamente previstas em lei federal.</p> <p>(C) Excepcional interesse público, contratação por 180 (cento e oitenta) dias improrrogáveis e hipóteses expressamente previstas em lei editada pelo ente federativo que efetue a contratação.</p> <p>(D) Relevância e urgência, contratação para o exercício de serviços típicos de carreira e hipóteses expressamente previstas em lei editada pelo ente federativo que efetue a contratação.</p> <p>(E) Excepcional interesse público, temporariedade da contratação e hipóteses expressamente previstas em lei editada pelo ente federativo que efetue a contratação.</p>
<p style="text-align: center;"><b>Direito Administrativo</b></p> <p>88. São poderes da Administração inerentes ao exercício da atividade administrativa da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, em observância a suas competências constitucionais, e somente podendo ser exercidos nos limites da lei, os poderes</p> <p>(A) de fomento, regulamentar, intervenção e disciplinar.</p> <p>(B) de fomento, hierárquico, autoexecutoriedade e de polícia.</p> <p>(C) regulamentar, intervenção, disciplinar e de polícia.</p> <p>(D) de fomento, intervenção, autoexecutoriedade e hierárquico.</p> <p>(E) regulamentar, disciplinar, hierárquico e de polícia.</p>	<p>91. São atributos do ato administrativo:</p> <p>(A) Legalidade, moralidade, impessoalidade e eficiência.</p> <p>(B) Autoexecutoriedade, tipicidade, impessoalidade e moralidade.</p> <p>(C) Eficiência, presunção de legitimidade e veracidade, autotutela e impessoalidade.</p> <p>(D) Presunção de legitimidade e veracidade, imperatividade, autoexecutoriedade e tipicidade.</p> <p>(E) Moralidade, autoexecutoriedade, imperatividade e eficiência.</p>
<p>89. Atos de improbidade administrativa são aqueles que devidamente tipificados em lei federal, ferem direta ou indiretamente os princípios constitucionais e legais da Administração pública, possuindo natureza</p> <p>(A) civil, independentemente de importarem enriquecimento ilícito ou de causarem prejuízo material ao erário público.</p> <p>(B) penal, independentemente de importarem enriquecimento ilícito ou de causarem prejuízo material ao erário público.</p> <p>(C) civil, desde que importem enriquecimento ilícito ou causem prejuízo material ao erário público.</p> <p>(D) penal, desde que importem enriquecimento ilícito e causem prejuízo material ao erário público.</p> <p>(E) civil, desde que importem enriquecimento ilícito e causem prejuízo material ao erário público.</p>	<p>92. É vedada a acumulação remunerada de cargos públicos, exceto, quando houver compatibilidade de horários, observado, em qualquer caso, o teto remuneratório do funcionalismo público, nas hipóteses de acumulação de dois cargos de</p> <p>(A) professor; a de um cargo de professor com outro, técnico ou científico, e a de dois cargos ou empregos privativos de médicos.</p> <p>(B) professor; a de um cargo de professor com outro, técnico ou científico; a de dois cargos ou empregos privativos de profissionais de saúde, com profissões regulamentadas.</p> <p>(C) professor; a de um cargo de professor com outro, cargo ou emprego privativo de profissionais de saúde, com profissões regulamentadas; e a de dois cargos ou empregos privativos de médicos.</p> <p>(D) professor do ensino médio ou fundamental; a de um cargo de professor com outro, técnico ou científico; e a de dois cargos ou empregos privativos de profissionais de saúde, com profissões regulamentadas.</p> <p>(E) professor; a de dois cargos de professor com outro, técnico ou científico; e a de dois cargos ou empregos privativos de profissionais de saúde, com profissões regulamentadas.</p>

<p>93. As pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado prestadoras de serviços públicos responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros,</p> <p>(A) assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo.</p> <p>(B) salvo comprovação de ausência de dolo ou culpa do responsável.</p> <p>(C) assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo ou culpa.</p> <p>(D) salvo comprovação de ausência de dolo do responsável.</p> <p>(E) salvo comprovação de culpa da vítima.</p>	<p>95. Em relação às normas regentes da Administração Pública, é correto afirmar:</p> <p>(A) A remuneração dos servidores públicos e o subsídio somente poderão ser fixados ou alterados por lei específica, observada a iniciativa privativa em cada caso, assegurada revisão geral anual, sempre na mesma data e sem distinção de índice.</p> <p>(B) A aquisição de estabilidade do servidor público depende de sua nomeação para cargo de provimento efetivo em virtude de concurso público; o efetivo exercício por dois anos e avaliação especial e obrigatória de desempenho por comissão instituída para essa finalidade.</p> <p>(C) A publicidade dos atos, programas, obras, serviços e campanhas dos órgãos públicos deverá ter caráter educativo, informativo ou de orientação social, dela não podendo constar, no prazo de seis meses anteriores à eleição, nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos.</p> <p>(D) A remuneração e o subsídio dos ocupantes de cargos, funções e empregos públicos da administração direta, autárquica e fundacional, dos membros de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios dos detentores de mandato eletivo e dos demais agentes políticos, percebidos cumulativamente ou não, incluídas as vantagens pessoais ou de qualquer outra natureza, não poderão exceder o subsídio mensal do Presidente da República.</p> <p>(E) A remuneração de pessoal do serviço público será vinculada ou equiparada quando houver exercício de funções semelhantes em carreiras diversas no âmbito dos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário.</p>
<p>94. Em relação ao regime legal das licitações, é correto afirmar que</p> <p>(A) é permitida a inclusão, no objeto da licitação, de fornecimento de materiais e serviços com estimativa de quantidades ou quantitativos próximos às previsões do projeto básico ou executivo.</p> <p>(B) é vedado aos editais de licitação para a contratação de bens, serviços e obras, exigir que o contratado promova, em favor de órgão ou entidade integrante da administração pública ou daqueles por ela indicados a partir de processo isonômico, medidas de compensação comercial, industrial, tecnológica ou acesso a condições vantajosas de financiamento, cumulativamente ou não, na forma estabelecida pelo Poder Executivo federal.</p> <p>(C) é permitido incluir no objeto da licitação a obtenção de recursos financeiros para sua execução, desde que seja apontada a sua origem, sendo vedado somente nos casos de empreendimentos executados e explorados sob o regime de concessão, nos termos da legislação específica.</p> <p>(D) somente poderão ser licitados as obras e os serviços quando houver projeto básico aprovado pela autoridade competente onde serão considerados, entre outros requisitos, a segurança, funcionalidade e adequação ao interesse público; economia na execução, conservação e operação; adoção das normas técnicas, de saúde e de segurança do trabalho adequadas e impacto ambiental.</p> <p>(E) é vedada a utilização de projetos padronizados por tipos, categorias ou classes, mesmo nas obras e serviços destinados aos mesmos fins, independentemente da análise do atendimento das condições peculiares do local ou às exigências específicas do empreendimento.</p>	<p>96. O servidor público, no exercício de mandato eletivo, investido</p> <p>(A) em mandato eletivo parlamentar federal, estadual, distrital ou municipal, ficará afastado de seu cargo, emprego ou função.</p> <p>(B) no mandato de Prefeito, será afastado do cargo, emprego ou função, sendo-lhe facultado optar pela sua remuneração.</p> <p>(C) no mandato de Prefeito, havendo compatibilidade de horários, perceberá as vantagens de seu cargo, emprego ou função, sem prejuízo da remuneração do cargo eletivo.</p> <p>(D) em mandato eletivo parlamentar estadual, distrital ou municipal, havendo compatibilidade de horários, perceberá as vantagens de seu cargo, emprego ou função, sem prejuízo da remuneração do cargo eletivo.</p> <p>(E) no mandato de Prefeito, será afastado do cargo, emprego ou função, recebendo a remuneração do cargo eletivo.</p>

<p>97. Em relação à responsabilização por ato de improbidade administrativa, os agentes públicos</p> <p>(A) podem ser responsabilizados por improbidade administrativa diretamente com base no art. 37, § 4º, da Constituição Federal, em observância aos princípios da reserva legal e da anterioridade independentemente de específica previsão legal.</p> <p>(B) poderão, nos termos do art. 37, § 4º, da Constituição Federal, ser sancionados pela prática de atos de improbidade administrativa, tipificados em lei, com a perda dos direitos políticos e da função pública, indisponibilidade dos bens e ressarcimento ao erário, sem prejuízo da ação penal cabível.</p> <p>(C) somente estarão sujeitos às sanções previstas no art. 37, § 4º, do texto constitucional, pelo cometimento de atos de improbidade administrativa, tipificados em lei, quando comprovada sua responsabilidade subjetiva, não sendo possível a responsabilização objetiva.</p> <p>(D) que praticarem atos de improbidade administrativa, tipificados em lei, deverão ser processados e julgados no foro definido por prerrogativa de função, desde que a ação tenha por objeto ato funcional.</p> <p>(E) somente estarão sujeitos às sanções previstas no art. 37, § 4º, do texto constitucional, pelo cometimento de atos de improbidade administrativa posteriores a promulgação da Constituição Federal, sendo vedada a aplicação retroativa do referido dispositivo.</p>	<p>99. Em relação ao Ministério Público Eleitoral, é correto afirmar:</p> <p>(A) Se o órgão do Ministério Público, ao invés de apresentar a denúncia, requerer o arquivamento da investigação de infração penal eleitoral, o juiz, no caso de considerar improcedentes as razões invocadas, fará remessa do pedido ao Procurador-Geral de Justiça.</p> <p>(B) Ouvidas as testemunhas da acusação e da defesa e praticadas as diligências requeridas pelo Ministério Público, o Juiz Eleitoral encerrará a instrução e abrirá vista ao Promotor Eleitoral para que, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, apresente as alegações finais.</p> <p>(C) Verificada a infração penal eleitoral, o Ministério Público oferecerá a denúncia dentro de 10 (dez) dias.</p> <p>(D) As funções de Procurador-Geral Eleitoral, perante o Tribunal Superior Eleitoral, serão exercidas pelo Procurador Geral da República e, perante os Tribunais Regionais Eleitorais dos Estados, pelos Procuradores-Gerais de Justiça.</p> <p>(E) O Promotor Eleitoral será o membro do Ministério Público Federal que officie junto ao Juízo incumbido do serviço eleitoral de cada Zona.</p>
---	---

### Direito Eleitoral

<p>98. Nos termos da Constituição Federal de 1988, são órgãos da Justiça Eleitoral:</p> <p>(A) O Tribunal Superior Eleitoral, os Tribunais Regionais Eleitorais, os Juízes e Promotores Eleitorais e as Seções Eleitorais.</p> <p>(B) O Tribunal Superior Eleitoral, os Tribunais Regionais Eleitorais, os Juízes Eleitorais, os Cartórios Eleitorais e as Seções Eleitorais.</p> <p>(C) O Supremo Tribunal Federal, o Tribunal Superior Eleitoral, os Tribunais Regionais Eleitorais, as Zonas Eleitorais e as Juntas Eleitorais.</p> <p>(D) O Tribunal Superior Eleitoral, os Tribunais Regionais Eleitorais, as Zonas Eleitorais e as Juntas Eleitorais.</p> <p>(E) O Tribunal Superior Eleitoral, os Tribunais Regionais Eleitorais, os Juízes Eleitorais e as Juntas Eleitorais.</p>	<p>100. A legislação estabelece que é vedada a veiculação de propaganda eleitoral, de qualquer natureza, nos bens cujo uso dependa de cessão ou permissão do Poder Público, ou que a ele pertençam e nos de uso comum. Para fins eleitorais, são bens de uso comum:</p> <p>(A) Aqueles a que a população em geral tem acesso, excluindo-se a propriedade privada que é garantida pela Constituição Federal de 1988.</p> <p>(B) Os assim definidos no Código Civil e também aqueles a que a população em geral tem acesso, tais como cinemas, clubes, lojas, centros comerciais, templos, ginásios, estádios, ainda que de propriedade privada.</p> <p>(C) As árvores e os jardins localizados em áreas públicas, bem como os muros, cercas e tapumes divisórios de propriedades privadas.</p> <p>(D) Os de uso comum do povo e os de uso especial, tais como rios, mares, estradas, ruas, jardins, praças, escolas e demais logradouros previstos no Estatuto da Cidade (Lei Federal nº 10.257/2001).</p> <p>(E) Os assim definidos pela Lei Federal nº 10.406/2002.</p>
---	--